

# IBGE: ricos receberam 36 vezes acima do que ganharam os pobres em 2017

Em 2017, os ricos do país ganharam 36,1 vezes mais do que metade dos mais pobres. Este grupo 1% mais rico da população brasileira, em 2017, teve rendimento médio mensal de R\$ 27.213. O valor representa, em média, 36,1 vezes mais do que metade do que receberam os mais pobres – cujo renda mensal foi de R\$ 754 naquele ano. Em 2016, o grupo mais rico ganhava 36,3 vezes mais do que a média do rendimento de metade dos mais pobres. Os dados fazem parte da pesquisa Rendimento de todas as fontes 2017, divulgada ontem (11) pelo IBGE

Nielmar de Oliveira/Agência Brasil

A publicação revela que a massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita, em 2017, foi de R\$ 263,1 bilhões. Deste total, os 10% da população com os maiores rendimentos ficavam com 43,3% do total. Os 10% menores rendimentos detinham apenas 0,7% da renda. Para o coordenador da pesquisa, Cimar Azeredo, os números mostram que a desigualdade ainda é grande no país.

"Vamos separar a população inteira, do mais baixo ao mais alto. Se você pega metade dela, verá que a média de rendimento médio dos 50% que ganham menos é de R\$ 754, valor mais que 36 vezes menor do que o rendimento da população que ganha os maiores salários, e que chega a R\$ 27.213. Os 10% com os maiores rendimentos chegam a deter 43% do total recebido", afirmou.

Na região Sudeste, a concentração de renda foi ainda maior. Nesta região, está a maior parcela da população



Em 2016, o grupo mais rico ganhava 36,3 vezes mais do que a média do rendimento de metade dos mais pobres.

milhões) possuíam algum rendimento proveniente de outras fontes. Em 2016 este percentual era menor: 49,3 milhões de pessoas tinham rendimento de outras fontes, o equivalente a 24% dos residentes.

O rendimento de outras fontes, mais frequente na população, vinha de aposentadoria ou pensão. Em 2017, 14,1% da população recebia por aposentadoria ou pensão; 2,4%, por pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador; 1,9%, por aluguel e arrendamento; enquanto 7,5% recebiam outros rendimentos, como seguro-desemprego, programas de transferência de renda do governo, rendimentos de poupança, valores similares aos de 2016.

Para o coordenador da Pnad Contínua, os números derrubam o mito de que principalmente nas regiões Norte e Nordeste, os programas de transferência de renda respondem pela maior parte do rendimento das famílias. "Isso não é verdade. Quando olhamos o país como um todo, observamos que 73,8% da composição do rendimento da família vem do trabalho, 19,4% de aposentadoria ou pensão e outros rendimentos como aluguel (2,4%), e o restante de pensões, doação de não morador."

Com relação aos programas de transferência de renda do governo federal, a pesquisa constatou que o percentual das famílias brasileiras que recebiam o Bolsa Família caiu 0,6 ponto percentual entre 2016 e 2017, ao passar de 14,3% para 13,7%. Segundo a pesquisa, o rendimento médio mensal real domiciliar per capita dos domicílios que recebiam o Bolsa Família em 2017 foi de R\$ 324, bem inferior ao rendimento médio mensal real domiciliar per capita dos que não recebiam, que era de R\$ 1.489.



e reúne rendimento médio mensal real do grupo de 1% mais ricos. No Sudeste, este grupo chegou a ter concentração 33,7 vezes superior ao rendimento médio mensal real de 50% da população com os menores rendimentos – em 2016 era de 36,3 vezes. A região que apresentou a menor relação foi a Sul (25 vezes, em 2017 e 24,6 vezes em 2016). Em 2016, o número era 36,3 vezes maior. Também foi o Sul que teve a menor desigualdade com 25 vezes, em 2017 e 24,6 vezes em 2016.

Os dados do IBGE indicam que, em 2017, as pessoas que tinham rendimento de todos os trabalhos correspondiam a 41,9% da população residente, o equivalente a 86,8 milhões de pessoas, percentual afetado pela crise econômica que afetou o país. Em 2016, o percentual chegava a 42,4%. Em 2017, 24,1% dos residentes (50



A massa de rendimento médio em 2017, foi de R\$ 263,1 bilhões. Deste total, os 10% da população ficavam com 43,3% do total.

real domiciliar per capita de R\$ 696 reais. As regiões Norte e Nordeste apresentaram os maiores percentuais (5,6% e 5,2%, respectivamente).

A pesquisa ratifica a persistência do salário maior para os homens do que para as mulheres. Enquanto o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, no Brasil, foi de R\$ 2.178; entre os homens, esta média

chegou a R\$ 2.410. Já para as mulheres, o rendimento médio mensal registrado foi de R\$ 1.868, ou seja: o equivalente a 77,5% do rendimento masculino. Em 2016, essa proporção era ainda menor: 77,2%.

As regiões Nordeste e Norte, apesar de terem os menores valores de rendimento médio mensal real para ambos os sexos dentre todas as demais regiões, apresentaram as maiores proporções de rendimento das mulheres em relação aos homens: Isto é, as maiores taxas de proximidades. No Nordeste, o salário da mulher equivalia a 84,5% do salário do homem em 2017, enquanto no Norte este percentual era de 87,9%. Em 2016, o salário da mulher equivalia a 88,4% do homem no Nordeste e a 89,2% no Norte.

A Região Sudeste, que registrou a segunda maior média salarial para as mulheres (R\$ 2.053) e a maior para os homens (R\$ 2.810), foi, paralelamente, a região onde as mulheres registraram a menor proporção do rendimento masculino (73,1% em 2017 ante 71,7% de 2016). "O Brasil é um país bastante desigual quando se leva em conta os cortes por sexo, cor e raça, nível de instrução e regiões distintas do país. "Nós somos praticamente cinco países em um só demonstrados pelo retrato de cada uma das cinco regiões", afirmou o coordenador da pesquisa.

"As desigualdades pelos cortes de cor (preta ou parda em relação a branca) chega a quase à metade. A diferença persiste porque há, no Brasil, como em outras partes do mundo, maior rendimento para aqueles que tem nível superior. Só que a participação de pessoas de cor de nível superior no Brasil é muito baixa", acrescentou Azeredo.